

Labirinto de colonialidades e transformações ambientais em terras indígenas em Mato Grosso do Sul

Labyrinth of colonialities and environmental transformations in indigenous lands in Mato Grosso do Sul

Verônica Maria Bezerra Guimarães¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v18i36.491>

Resumo: A partir de análises da história, da sociologia e da antropologia ambiental, o presente trabalho busca compreender os processos de degradação ambiental das terras indígenas no sul do Mato Grosso do Sul, através de um estudo de caso realizado na terra indígena Te'ýkue, localizada no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul. Para o estudo de caso, foi realizado trabalho de campo com adoção de técnicas de observação direta, conversas, depoimentos gravados e transcritos, diários de campo, caminhadas, registro de fotografia e participação em encontros de professores indígenas. A população de estudo está caracterizada através de grupos representativos de: idosos, rezadores, professores e lideranças. Os processos de degradação ambiental da terra ou da natureza devido às atividades econômicas hegemônicas que geraram o “desenvolvimento” regional não foram capazes de apagar os saberes sobre a terra, e esta junto com os povos resistem na sua diversidade, muitas vezes “ilhados” face às paisagens e mentalidades monoculturais. Mesmo diante de séculos de colonização com suas atividades econômicas degradadoras, as terras indígenas Guarani-Kaiowá guardam respostas inspiradoras para a ideia de sustentabilidade.

Palavras-chave: terras indígenas; Mato Grosso do Sul; transformações ambientais.

Abstract: From the analysis of history, sociology and environmental anthropology, the present work seeks to understand the processes of environmental degradation of indigenous lands in the south of Mato Grosso do Sul through a case study carried out in Te'ýkue indigenous land, located in the municipality of Caarapó, Mato Grosso do Sul. For the case study, fieldwork was carried out with the adoption of direct observation techniques, conversations, recorded

¹ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

and transcribed testimonies, field journals, walks, photographic records and participation in meetings of indigenous teachers. The study population is characterized by representative groups of: seniors, prayers, teachers and leaders. The processes of environmental degradation of land or nature due to the hegemonic economic activities that generated the regional “development” were not able to erase the knowledge about the earth and this, together with the peoples, resist in their diversity, often “islands “ in the face of monocultural landscapes and mentalities. Even in the face of centuries of colonization with its degrading economic activities, Guarani-Kaiowá indigenous lands hold inspiring answers to the idea of sustainability.

Keywords: indigenous lands; Mato Grosso do Sul; environmental transformations.

1 INTRODUÇÃO

A perda dos territórios tradicionais tem provocado uma série de consequências danosas sobre a organização social dos kaiowá-guarani, em que se destacam os efeitos sobre: a segurança alimentar, a saúde, a economia, a perda do patrimônio genético de plantas, a escassez de animais de caça, os rituais culturais e religiosos associados às espécies animais e vegetais.

O presente trabalho reflete um estudo de caso realizado na reserva indígena de Te'ýkue. A constituição da reserva, no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, está inserida no contexto de oito reservas, no total de 18.297 ha, que foram criadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os anos de 1915 a 1928. Inicialmente, a chamada de Reserva Indígena José Bonifácio foi criada por Decreto Presidencial em 20/11/1924, com uma área de 3.600 ha e, posteriormente, reduzida para 3.594 ha. Juridicamente se encontra homologada a demarcação administrativa pelo Decreto n. 250 de 29/10/91 e com registro pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Os kaiowá, ka'aguygua ou ka'aygua, literalmente, os da mata ou povo da mata, são tradicionalmente povos agricultores, possuidores de uma forte identidade territorial. A cosmologia e o conhecimento guarani-kaiowá possuem uma dimensão do sagrado sobre a terra e os seres que a habitam.

Buscou-se descrever memórias do passado em suas ressignificações presentes sobre a importância da terra (em sua mais ampla concepção, integrando todos os elementos da natureza, inclusive o ser humano) para a continuidade de

um modo de ser que existe na diversidade da vida (incluindo a própria terra) e de saberes, modo esse oprimido ao longo de diversos processos de colonização que se perpetuam até hoje, subjugado por uma racionalidade monocultural que impôs o seu modelo sobre a terra e sobre povos do mato.

Para o estudo de caso, foi realizado trabalho de campo com adoção de técnicas de observação direta, conversas, depoimentos gravados e transcritos, diários de campo, caminhadas, registro de fotografia e participação em encontros de professores indígenas. A população de estudo está caracterizada através de grupos representativos de: idosos, rezadores, professores e lideranças. Como no contexto de Mato Grosso do Sul há terras em litígio e várias demandas pela regularização fundiária na região de estudo, optou-se pela não identificação dos nomes dos interlocutores. Então, suas falas serão marcadas pela categoria principal que representam.

As principais fontes de dados são orais com base em conversações realizadas em trabalho de campo. A identificação das pessoas para o trabalho de conversação ocorreu prévia e concomitante à pesquisa de campo, assim como caminhadas às diversas regiões que compõem a reserva e aos lugares com presença de vegetação.

Sobre o modelo de conversas, prevaleceu a conversação livre. No entanto, através de algumas colocações e perguntas, buscou-se introduzir temas na conversação buscando-se chegar às informações recorrentes para cada grupo de pessoas, bem como aproveitar as brechas e os silêncios para introduzir alguns dos temas que compuseram o universo da pesquisa.

As perguntas mais específicas giraram em torno de questões sobre: a) plantas, árvores, mata, remédios naturais, reza, caça, pesca e roça; b) queimadas; c) braquiária/colonião; d) como recuperar a mata e trazer os animais de volta; e) rituais e cerimônias; f) educação escolar indígena; g) projetos de recuperação ambiental; h) impactos ambientais das atividades econômicas do entorno.

Os processos de degradação da terra ou da natureza devido às atividades econômicas hegemônicas que geraram o “desenvolvimento” regional não foram capazes de apagar os saberes sobre a terra, e esta junto com os povos resistem na sua diversidade, muitas vezes “ilhados” face às paisagens e mentalidades monoculturais.

O modelo do entorno impõe seu legado e seus passivos por ocasião das fazendas de gado e de plantações de monoculturas. Os arredores lançam sobre as terras indígenas sementes de braquiária; pulverizações de agrotóxico; contaminação de corpos d'água por defensivos agrícolas que impedem a comunicação das espécies, reduzindo suas reproduções e diversidade. A ausência de áreas mistas entre terras indígenas e fazendas, como zonas de amortecimentos ou áreas-tampão ampliam o rastro de degradação corroendo as bordas dos limites demarcados como indígenas.

As fazendas também estão dentro das terras indígenas, seja por via de estradas que as cortam, levando sua produção e provocando toda espécie de incômodos e riscos; ou pela influência do plantio de espécies, como soja ou cana-de-açúcar, através de arrendamento de suas terras de uso exclusivo.

Mesmo diante de séculos de colonização com suas atividades econômicas degradadoras, as terras indígenas Guarani-Kaiowá guardam respostas inspiradoras para a ideia de sustentabilidade. E revelam uma riqueza de sociobiodiversidade que não há no entorno. Seu modo de ser pode contribuir para a teoria ecológica e para a sociobiodiversidade, de modo a promover transformações na sociedade, na economia e no meio ambiente envolvente.

2 ITINERÁRIOS DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A região sul de Mato Grosso do Sul encontra-se numa faixa de transição entre os biomas Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal. Essa complexa teia de biodiversidade tem sido alvo de um intenso processo de utilização do solo pela pecuária e por diversas culturas agrícolas em larga escala, como o milho, a soja e, mais recentemente, a cana-de-açúcar. Esses processos têm resultado, principalmente, a partir da década de sessenta do século passado, em uma grande perda da cobertura vegetal original. Mas o sul de Mato Grosso, em meados do século XIX, conforme a narração de um advogado do Estado, era dotado de um:

[...] solo virgem e feroz; as águas opulentas; as florestas riquíssimas; o clima salubérrimo. Tudo isso tentava a cobiça dos homens. A terra era de ninguém; tocava ao primeiro ocupante. No deserto, os limites da propriedade podiam abranger o infinito. Chegando a uma eminência, o sertanista audaz fazia uma parada, e olhando o horizonte sem fim, bradava: 'tudo isto é meu, tudo que

meus olhos veem por aquela serra afora, até topar com a nascente deste rio'. Era assim que se fundavam as posses; era assim que, naquelas remotas eras se lançavam os fundamentos da propriedade. (REZENDE, 1924 apud COUTINHO JR., 1995).

Desde o início da colonização da região, passando pela vinda da Companhia Matte Larangeira (1882-1943), pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) (1943), até o avanço das fazendas e empresas agropecuárias (século XX e XXI), tem havido um contínuo processo de degradação ambiental dos territórios tradicionais indígenas no sul de Mato Grosso do Sul. Situação que tem resultado na transformação das paisagens, no desmatamento, na diminuição de espécies da fauna, no assoreamento e poluição de corpos d'água e na contaminação dos solos, dentre outras consequências ambientais danosas.

Existem variações nos processos de derrubadas das matas entre as cidades do cone sul de Mato Grosso do Sul em decorrência da instalação das frentes econômicas. Todavia o ciclo de destruição das matas e dos tekohas² seguiu um percurso de derrubada das florestas; de implantação das fazendas de gado e de monoculturas de soja/trigo (1960-1970) e de cana-de-açúcar (1980). Nas análises de Brand (2001), cada microrregião do cone sul de Mato Grosso do Sul passou por fases distintas de desmatamento entre o período crucial das décadas de 50 e 70 do século passado. Para o autor:

A data da destruição de parte das aldeias está relacionada diretamente ao avanço das derrubadas e correspondente implantação das fazendas. A destruição de parte das aldeias foi anterior à década de 1950. Estão nessa situação aquelas localizadas na área abrangida pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Porém, a maior parte das aldeias teve sua destruição concluída durante as décadas de 1950 e 1960. Significativa parcela das aldeias localizadas em Caarapó e Juti, na região de Amambai/Tacuru/Iguatemi, foi "esparramada" durante esse período. No entanto, outra parcela de aldeias, em especial as áreas guarani como Sombreiro, Ypo'i/Triunfo, Potrero Guasu e outras, foram destruídas no início da década de 1970. O mesmo aconteceu

² Os tekohas são os locais onde ocorre a produção material e cultural dos Guarani. Teko significa "modo de ser" e ha é o local. Etmologicamente, Tekoha é o local onde se realiza o modo de ser Guarani. O termo admite muitos sentidos, sendo reforçado por um ou mais dos complexos elementos que o compõem de acordo com o momento histórico vivido. Compreende-se que é um conceito-base para se entender a organização social kaiowá-guarani, composto por uma rede de relações sócio-políticas, afetivas e espirituais dentro e fora do espaço geográfico de uma terra indígena.

com as aldeias da região de Jaguapiré, campanário e algumas próximas a Amambai e Caarapó, tais como Samakuã, Ouro Verde, São Pedro, Km 20, Javorái/Ibukui/Campo Seco e Lima Campo, onde o desmatamento ocorreu em período mais recente. (BRAND, 2001, p. 126)

A partir dos anos 1960, passaram a ocorrer profundas modificações nas terras de ocupação tradicional kaiowá-guarani, devido ao modelo de exploração econômica e às profundas alterações ambientais, ao que Brand (1993, p. 126) chamou de “desmatamento geral”. A mão de obra indígena foi utilizada para os trabalhos de desmatamento:

Passado o auge das atividades de derrubada da mata que se estendeu pelas décadas de 1960-1970, a mão-de-obra indígena foi canalizada para a roçada dos pastos e para o plantio de pastagens exóticas. E, finalmente, durante a década de 1980, passou a ser a mão-de-obra preferida para os trabalhos de plantio e colheita da cana nas usinas de álcool. (BRAND, 1997, p. 90).

De acordo com Moreira da Silva (2002), na relação entre a expansão agropecuária e a utilização da mão de obra indígena, aconteceu o:

[...] desmatamento intenso para criação de gado ou o cultivo de lavouras, geralmente no sistema de monocultura. O tempo de permanência dos índios na terra será apenas o suficiente ao desmatamento e estruturação das fazendas. Depois, a expulsão era inevitável. Contudo, os fazendeiros não promoviam a saída imediata dos índios. Utilizavam a mão-de-obra a preço vil na derrubada das matas, no roçado e na implantação das pastagens. Concluído o serviço, os índios eram convidados a sair. Se não surtisse efeito, ocorreria a expulsão violenta. (MOREIRA DA SILVA, 2002, p. 49).

Na década de 1970, com a introdução massiva da soja, houve uma alta mecanização pelo viés de uma agricultura “moderna”. Fazendeiros vindos, principalmente do Rio Grande do Sul, mas também do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, passaram a adquirir e arrendar terras na região de solos ricos e com abundância de água, mediante forte estímulo do poder público. Houve um aprofundamento da concentração fundiária. Esse panorama causou o aumento da precificação do valor da terra e gerou forte especulação imobiliária no campo e nas cidades que, por sua vez, passaram por um amplo crescimento populacional.

Além disso, “na década de 1970, a Funai, com o objetivo manifesto de tornar as áreas indígenas produtivas e autônomas financeiramente, implanta, projetos

agrícolas, baseados na mecanização” (BRAND, 1993, p. 177). Sobre os projetos de venda de madeira, Brand (1993, p. 179-80) identificou dois argumentos para o desmatamento nas reservas kaiowá: “a falta de recursos para projetos na agricultura (manutenção de máquinas) e a existência de madeira desvitalizada”. Ele aponta que as madeireiras investiram “na divisão da comunidade, através da bebida e outras ‘benesses’, e acabam retirando ilegalmente quantias superiores às que constam nos contratos”.

Nos anos 1980, teve início a expansão da plantação de cana-de-açúcar no sul de Mato Grosso do Sul, que, além de causar impactos ambientais de diversos níveis, gerou uma série de problemas às populações guarani-kaiowá através da ampla utilização da sua mão de obra e sobre sua organização social, saúde e relações de trabalho.

Essa história tem o seu desenrolar a partir da construção da política brasileira para o incentivo à produção de álcool a partir dos anos 1970, com a criação de um programa econômico chamado Proálcool³ em um contexto de crise da produção de petróleo e alta nos preços em nível internacional. Com o restabelecimento do mercado do combustível fóssil, na década de 1990, o programa foi desincentivado. O movimento de apoio político e econômico ao chamado “setor sucroalcooleiro no Brasil” tem oscilado enormemente nas últimas décadas, revelando, assim, o forte papel de intervenção do Estado, cujo financiamento vem, principalmente, do BNDES e de outras instituições financeiras que promovem o “desenvolvimento”.

Historicamente, o setor sucroalcooleiro se instalou no litoral nordestino modificando drasticamente paisagens naturais, causando a destruição da Mata Atlântica⁴ e, alterando a relação do homem com a terra. A partir da década de 1990, houve uma marcante transformação do setor, inclusive, geopoliticamente, em que as usinas sucroalcooleiras do nordeste entraram em crise, devido aos altos

³ Criado pelo Decreto 76.593/75, “o programa promoveu inicialmente o aumento do percentual de álcool anidro, produzido a partir da cana-de-açúcar, adicionado à gasolina. Posteriormente, em sua segunda fase (Decreto n. 80.762/79), promoveu a utilização do álcool hidratado em veículos com motores desenvolvidos especificamente para este combustível. Em 1985, 85% dos automóveis vendidos no país eram movidos à álcool” (FIAN INTERNACIONAL, 2008, p. 23).

⁴ Sobre a história da destruição da Mata Atlântica brasileira, vide o pioneiro livro sobre história ambiental no Brasil de Warren Dean (1996), *A ferro e a fogo*.

custos de uma mecanização em uma topografia de morros e ao endividamento, levando o capital e muitos empreendimentos para o centro-sul.

Nos anos 2000 e nos demais que se seguiram, o setor teve um forte impulso pela introdução dos veículos bicombustíveis e com a presença marcante da ideologia de que o, agora, “etanol” é um combustível limpo e sustentável e, que o Brasil figuraria como um dos maiores produtores e promotores de tecnologias inovadoras e renováveis. Uma das características da onda expansionista para o centro-sul do país é a maior concentração de grupos econômicos que atuam no setor e a forte participação de grupos com capital estrangeiro, que compram e arrendam terras para a produção de cana-de-açúcar.

O plantio de cana-de-açúcar ampliou a ocupação de espaços que antes eram utilizados para outras culturas monoculturais, como trigo, milho e soja, e ampliou o rastro da sua presença em novas áreas, provocando um aumento do valor da terra rural e inviabilizando outros usos e plantios⁵, o que conduz a desarticulações de terras de médios e pequenos agricultores, bem como da agricultura familiar. Também é emblemático o histórico de desrespeito aos direitos dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar, que vão do trabalho escravo a outras relações de exploração, como baixos salários, condições inseguras e insalubres de trabalho.

Em Mato Grosso do Sul, o avanço do setor sucroalcooleiro (plantio e usinas) assume contornos dramáticos, pois, além de ter ampliado a pegada de degradação ambiental das monoculturas que antecederam à cana-de-açúcar e que, ainda, subsistem, há um profundo impacto na vida de trabalhadores indígenas e na organização social das suas famílias e de tekohas. São muitas as pressões socioambientais, cuja lista de impactos negativos resultam na produção de poluições que atingem o solo, o ar e as águas. Também é conhecida e sentida pelas populações a contaminação pelo uso intensivo de agrotóxicos. Além disso, é imenso o consumo de água, cuja exploração provém, na sua maioria, do Aquífero Guarani.

⁵ A FIAN INTERNACIONAL (2008, p. 30), comparou a relação da produção da cana-de-açúcar e da soja em relação à de feijão, arroz e mandioca e verificou que, entre 1990/91, os primeiros se expandiram 14,1 milhões de hectares no Brasil, enquanto que os alimentos do segundo grupo tiveram uma redução de 3,1 milhões de hectares, “com relativa estagnação do volume produzido ou ganhos decorrentes apenas do aumento da produtividade (ou seja, intensificação do uso dos solos e maior custo para o produtor).”

Respeitadas as diferenças histórias, geográficas e culturais, existem características comuns que estão presentes no modelo nordestino e no modelo do centro-sul, referentes ao plantio e à industrialização da cana-de-açúcar: latifúndio; concentração fundiária; ampliação das desigualdades sociais; relações trabalhistas que afrontam as normas de proteção social, e fortes impactos sobre o meio ambiente, mesmo com toda a onda de “modernização e mecanização” do setor das últimas décadas.

As características marcantes de cada fase econômica, pontuadas acima, sobre o sul de Mato Grosso do Sul, em relação às transformações ambientais e culturais dos kaiowá-guarani, não devem ser entendidas como ciclos estanques que marcaram cada década, e, sim, como dinâmicas que possuem várias interações no tempo e no espaço. Mato Grosso do Sul possui uma forte dependência econômica dos recursos naturais e um modelo de exploração imediatista, cuja situação também pode ser verificada na maior parte do país. As relações econômicas e sociais se tornaram mais complexas com o decorrer do tempo e dos processos de colonização.

Atualmente, muitos dos projetos, obras, atividades e empreendimentos nos setores agropecuários, industriais e de infraestrutura se revestem de um ideal modernizante e de um discurso universalista e hegemônico de sustentabilidade para angariar parceiros financeiros e políticos na obtenção de recursos e de liberação das licenças e de outros trâmites burocráticos para o seu funcionamento.

As terras indígenas em Mato Grosso do Sul, regularizadas ou não, têm sofrido impactos ambientais, sociais e econômicos com o modelo do agronegócio⁶ adotado na região, provocando alterações no modo de ser e de estar na terra em gerações de guarani-kaiowá. O efeito das graves transformações ecológicas tem causado consequências culturais significativas que podem ser sentidas nas cerimônias, na moradia, na religiosidade, na alimentação e nos seus rituais. Essa percepção pode

⁶ Segundo SCHNEIDER (2010, p. 108): “o agronegócio é entendido tanto como o conjunto de práticas tecnologicamente modernas de organização, gestão e integração comercial, geralmente capitaneadas por empresas e organizações privadas, como as formas de propriedade fundiária de grandes extensões (que outrora eram chamados de ‘latifúndios’), as empresas fornecedores de insumos e sementes etc.; enfim, tudo o que de um modo ou outro está associado à produção capitalista de mercadorias na agropecuária”.

ser vislumbrada no discurso de xamãs, de lideranças e de movimentos como o Aty Guasu. Fato este, apontado por Pimentel (2012, p. 217) ao afirmar:

[...] o discurso profético sobre a recuperação das terras tradicionais adquire feições ecológicas, fala frequentemente das consequências desastrosas das alterações ambientais geradas pela ação dos *karai*⁷, por um lado, ao mesmo tempo em que exalta a recuperação do meio ambiente – e dos poderes e forças relacionadas aos xamãs, conseqüentemente – que advirá com a recuperação dos *tekoha*.

Refletindo sobre história ambiental, Drummond (2002, p. 27) aponta que “nenhuma outra questão contribuiu mais para a “identidade ambiental” internacional do Brasil como o “desmatamento”. Seguindo uma reflexão sobre a perda da Mata Atlântica, Dean (1996, p. 23-4) discorre que:

A história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural a “paisagem” – entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional – ou também, o que é ainda mais assustador, a “espaço” – planícies desertas aplainadas a rolo compressor e sobre as quais o extremo do narcisismo da espécie se consagra em edificações.

Os primórdios de uma disciplina, chamada de história ambiental começou nos anos de 1970. Para um dos seus precursores, Donald Worster (1991, p. 199), ela “rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas”. Seu objetivo seria: “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p. 200-1).

Apesar de muitos estudos se encaminharem para análises da destruição⁸, foram apontados elementos que sejam mais “construtivos e criadores, espe-

⁷ É como os guarani-kaiowá chamam o homem branco.

⁸ Conforme revelado na obra de Pádua (2002, p. 10), existiu “uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888, muito antes do que convencionalmente se imagina como sendo o momento de origem desse tipo de debate”.

cialmente no que se refere aos vínculos culturais”, como aponta Pádua (2012, p. 36). Muitas abordagens na sociologia indicam que os problemas ambientais, assim como os sociais, são fruto da construção social⁹ que se faz deles, contudo os primeiros “têm uma base física mais contundente” (HANNIGAN, 2009, p. 99). Neste caso, o construcionismo é uma ferramenta analítica para serem estudados os problemas ambientais, que partem de três premissas: os próprios argumentos, os argumentadores e o processo de argumentação através das seguintes tarefas: juntar, apresentar e contestar os argumentos.

Hannigan (2009, p. 117-9) sintetiza que os fatores necessários para a construção bem-sucedida de um problema ambiental, são: autoridade científica para validação dos argumentos; existência dos “popularizadores” que podem combinar ambientalismo e ciência; atenção da mídia, na qual o problema é “estruturado” como novo e importante; dramatização do problema em termos simbólicos, para uma ação positiva e recrutamento de um patrocinador institucional que possa garantir legitimidade e continuidade do problema.

De certa forma, temas como aquecimento global, mudanças climáticas, perda de biodiversidade e desmatamento seguiram o percurso acima descrito. Os problemas ambientais, além de serem problemas socialmente construídos, constituem questões ecológicas que devem ser analisadas para além da dicotomia natureza-sociedade.

Para Todorov (2010, p. 359), “nada é mais aflitivo do que ver a história se repetindo – ainda mais no caso da história de uma destruição”. De um modo geral, as terras das áreas rurais do sul de Mato Grosso do Sul estão muito degradadas. Os ciclos dos processos de colonização da terra com suas frentes econômicas deixaram e seguem deixando o seu legado para às presentes e futuras gerações.

3 COLONIALIDADES E TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Quijano (2000), ao discutir as relações entre colonialidade do poder e eurocentrismo, situa a América como sendo a primeira identidade da modernidade, que foi colonial desde o seu ponto de partida e, por isso, revela ambigui-

⁹ Berger e Luckmann (2013, p. 15) situam a construção social da realidade como um estudo da sociologia do conhecimento, em que “o problema geral tem sido estabelecer a extensão em que o pensamento reflete os fatores determinantes propostos ou é independente deles”.

dades e contradições. A partir desse “encontro” entre europeus e povos nativos desenvolveram-se, no decorrer dos séculos, novas identidades (índios, negros, mestiços, brancos) que serviram para classificar socialmente a população, onde a raça é usada para legitimar as relações de dominação da conquista.

Os colonizadores tiveram muitas vantagens econômicas no capitalismo mundial face à posição geográfica da América através do controle das riquezas naturais e do trabalho gratuito de índios, negros e mestiços. “A distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno se manteve ao largo de todo o período colonial” (QUIJANO, 2000, p. 5). A Europa passou a exercer sua hegemonia e controle em todas as formas de subjetividade, da cultura, do conhecimento e da sua produção. “O etnocentrismo colonial e a classificação racial universal ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não apenas superiores a todos os demais povos do mundo mas, em particular, naturalmente superiores” (QUIJANO, 2000, p. 10).

O conceito de colonialidade do poder e do conhecimento também se aplica à natureza (ESCOBAR, 2011). A visão europeia de natureza imposta pela colonização na América Latina era a de conquistar e dominar a natureza, esta vista como selvagem nos escritos de naturalistas e viajantes do século XVI. A natureza precisava ser controlada e conquistada bem como os povos indígenas civilizados.

Na construção dos “mitos fundacionais da versão eurocêntrica da modernidade” estão presentes vários dualismos como: primitivo/civilizado; irracional/racional; tradicional/moderno; mágico-mítico/científico; em síntese, não-europeu/europeu. Essa maneira de ver o mundo influenciou a formação dos diversos Estados-Nações na América Latina. As situações coloniais vivenciadas pelos Estados revelam o seu comportamento para com os povos nativos.

São muitas as análises sobre colonialismos e suas variantes, uma delas é a de colonialismo interno, que passou a ser desenvolvida para a interpretação de sociedades subdesenvolvidas, em especial, na América Latina a partir dos anos 1960, com os estudos pioneiros de Gunnar Myrdal, C. Wright Mills e Jacques Lambert, com o seu conceito de sociedade dual. Dois marcos importantes para essa temática foram os trabalhos realizados pelos sociólogos mexicanos Rodolfo Stavenhagen e Pablo González Casanova, que tratam o colonialismo interno como uma categoria sociológica capaz de explicar “sociedades plurais”, com diversidade étnica.

Casanova (2007, p. 2-4) situa o colonialismo interno como um fenômeno econômico, político, social e cultural vinculado à conquista em que “os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizam no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional”.

Na América Latina, o colonialismo interno se dá no interior de uma nação, em uma relação de dominação de grupos e/ou classes dominantes para com grupos étnicos heterogêneos em que a relação de poder está dividida entre aqueles detentores do “progresso e do desenvolvimento” versus “os atrasados e primitivos”. Assim, “os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas” (CASANOVA, 2007, p. 08).

O colonialismo interno foi se transformando em estruturas mais complexas, ao ponto de distintos níveis de colonialismo se combinarem e “com o triunfo mundial do capitalismo sobre os projetos comunistas, social-democratas e de libertação nacional, a política globalizadora e neoliberal das grandes empresas e dos grandes complexos político-militares tende a uma integração da colonização inter, intra e transnacional” (CASANOVA, 2007, p. 18-9). Esse debate ganhou muito fôlego na África do Sul e nos países da América Central através de novas lógicas de luta e de resistência da sociedade civil (principalmente, dos grupos marginalizados e das minorias) face ao Estado.

No Brasil, Cardoso de Oliveira (1978), a partir do seu trabalho sobre fricção interétnica, que trata da análise das sociedades tribais em situação de contato com a sociedade nacional, enfatizou a importância dos estudos de colonialismo interno na etnologia. Assim, o etnólogo pode ser orientado para analisar a sociedade como um todo, e não apenas nas suas manifestações regionais, tendo o mérito de “transformar a questão indígena [...] num sensível microscópio através do qual seriam conhecidos aspectos novos do Segundo Brasil, sua dinâmica expansionista, o sistema de poder que lhe é inerente – e de cuja primeira vítima é o Brasil indígena” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978, p. 81).

Tal leitura, hoje em dia, soa bastante atual e permite várias aproximações com os processos de expansionismo agropecuário e mineral, que contam com

o aval do Estado brasileiro e de órgãos financiadores de tais projetos, por sobre terras indígenas, sejam elas demarcadas, identificadas ou em fase de reivindicação.

Com base nas falas do trabalho de campo, passa-se à reflexão mais sistemática sobre alguns elementos verificados na terra indígena Te'ýikue, que compõe o estudo de caso. As regularidades analisadas referem-se ao processo de destruição das matas (ou perda do mato, como chamam muitos dos interlocutores) com as consequências de: enfraquecimento do solo; presença de gramíneas exóticas, como braquiária e colonião; queimadas; presença de monoculturas e destino do lixo gerado nas terras indígenas.

Muitos nomes de lugares nas terras indígenas referem-se a aspectos que compõem o meio ambiente natural, biológico e geográfico, como rios, córregos, árvores e animais. Mas, muitos desses lugares estão descaracterizados ou os elementos da natureza não mais existem. A liderança de Te'ýikue, por exemplo, mora na região de Perobal, mas para ele: “só ficou a memória do nome Perobal, não tem mais peroba por lá. Essa região é mais cerrado. Tinha um pouco de guavira, mas também acabou”.

Outra questão diz respeito ao acesso a plantas utilizadas para fazer remédio, rezas e rituais. Foi uma constante na fala dos rezadores que eles possuem o conhecimento sobre as plantas, mas o acesso a elas está escasso, difícil ou inexistente, porque o mato acabou. Para conseguir as plantas de que necessitam, utilizam várias estratégias, como a obtenção em outras terras indígenas, através de parentes; em fazendas dos arredores; na mata ciliar (Área de Preservação Permanente [APP]) e nas reservas legais de fazendas. Às vezes, falta um remédio de brejo; outras, de campo/cerrado; outras, de mata; tudo depende das condições ambientais de onde vivem. Espécies estão isoladas e sofrem cada vez mais pela não renovação, devido à não comunicação com outras espécies, e pelo efeito-borda que vai corroendo os limites que foram impostos pelo modelo econômico da região.

A presença da braquiária e do colonião faz parte da paisagem. Segundo Mura (2005, p. 66): “a introdução de pastagens africanas para a criação de gado extensiva, por outro lado, passou a representar uma das maiores pragas para os índios, já que seus conhecimentos técnicos se mostraram inadequados para combatê-las”. Perguntado a todos os interlocutores, principalmente, aos rezadores e aos mais idosos: como estas espécies chegaram e se espalharam pela terra? Qual

o modo de combatê-las? E, se: existe reza para acabar com elas? As respostas e soluções foram as mais diversas.

A idosa de Te'ýikue disse que, quando a família dela chegou à região, havia muito mato na fazenda. Como ela mora bem na divisa, esclareceu que, antigamente, ao lado da sua casa, havia uma fazenda de gado chamada Novilho. Ela acha que a braquiária veio de lá para Te'ýikue pelo vento. Agora, onde ela mora com a família, tem pouca braquiária, porque há mais árvores que se recuperaram e foram plantadas por ela e pelas netas, que levaram mudas da escola. E como fazer para acabar a braquiária? Ela respondeu que: “quando as árvores crescem, a raiz judia da braquiária, e morre tudo. Assim que acaba”.

Para o servidor 1 do viveiro de mudas em Te'ýikue, perguntei como acabou a braquiária atrás da escola. Ele disse que: “a sombra mata. Plantando árvore, aí acabou. Aqui tem muito braquiária. Aí gradeamo assim. Aí acabou a braquiária”. A própria floresta acabou a braquiária. Situação confirmada pelo servidor 2: “a mata acaba. E cuidando pra não entrar fogo”.

No meio da braquiária, há muitas árvores e plantas. Há muita vida que brota. Quando se põe fogo na braquiária, ela não morre, pois tem raízes profundas, então sempre rebrota. Mas muitas mudas nativas que estão encobertas, por serem mais frágeis, acabam morrendo. Foi possível verificar brotos e mudas de árvores e plantas, muitos considerados medicinais, por debaixo da braquiária e do colônio.

Para a professora não indígena de Te'ýikue, após o ciclo da erva-mate, veio o modelo das fazendas de gado e, junto com elas, a braquiária para alimentar os animais. Então, desmatavam para as pastagens. Segundo seu relato:

Aí trouxeram trator pros ervais pra ir tirando, e levava tudo pelo meio do caminho. Foi destruindo. Eles viam os fazendeiros fazendo na região e sem fazer uma reflexão foram fazendo aqui. Não sei quem financiou isso. Houve incentivo pra criar gado. Trouxe semente da braquiária, em que planta uma vez, não precisa ficar cuidando pra fazer pastagem. Planta uma vez e vai embora. Eles plantaram braquiária achando que era uma coisa boa.

Ela prosseguiu afirmando: “onde há sombra, não há braquiária nem sapé. O cupinzeiro também não se dá com a mata. O cupim se alimenta da raiz da braquiária. Onde a natureza tá detonada, em que só há braquiária, se vê um monte de cupim”. Os cupinzeiros e formigueiros também fazem parte da paisagem nas

terras indígenas, em alguns espaços parecem colônias, tamanha a sua concentração em áreas devastadas. A mesma professora completou: “em lugar destruído onde tem braquiária, é lá que o cupim sobrevive. O Sistema Agroflorestal (SAFE) (com a adubação de compostos orgânicos) é uma forma de combater a braquiária. E faz a plantação em consórcio com várias culturas”.

Já o rezador de Mbokaja, em Te'ýikue, revelou que: “aí braquiária trouxe a gente mesmo quando ia trabalhar na fazenda. Trouxe no pé, a semente da braquiária. Aí espalhou”. Interessante esse registro, pois revela que o trabalho temporário nas fazendas (changa) ocasionou uma das causas da infestação da braquiária nas terras indígenas, ou seja, a presença da semente nos sapatos dos trabalhadores indígenas que, ao retornarem para casa, traziam a braquiária “no pé”.

Segundo a visão do professor da unidade experimental da escola em Te'ýikue, foram os fazendeiros que trouxeram a braquiária, porque as fazendas estão próximas: “eles plantam pra pastagem, e as sementes acabam vindo pelo vento, pássaros. Aí foi tomando conta”. Sobre as formas de combater a braquiária e o colônio, a orientação da unidade é utilizar o adubo verde. E indicou as espécies: “tem o guandu, o feijão de porco (curé), a mucuna, que são feijões que vão subindo e fazem aquela sombra e vai abafando a braquiária porque ela não gosta de sombra. Ela vai morrendo”.

Nessas conversas, há uma unanimidade de que não há reza para acabar com a braquiária, ou seja, ela não existe ou não é conhecida. Isso revela como a introdução de elementos externos pode afetar a manutenção dos equilíbrios promovidos pela espiritualidade do povo. A inexistência ou o desconhecimento da reza não oferece respostas para atenuar/exterminar algo que afeta a qualidade da terra, da agricultura, da paisagem e que gera dependência de fontes externas como o trator e o combustível.

Respeitadas algumas variações e níveis de intensidade, parece uma constante a presença de atividades econômicas hegemônicas que revelam os seguintes aspectos: desmatamento – fazenda de gado com introdução da braquiária – fogo para combater a braquiária e fazer roça – desmatamento ampliado.

Sobre a deposição de resíduos sólidos, os municípios não realizam o serviço de coleta nas terras indígenas. No máximo, o caminhão que recolhe o lixo passa uma vez por semana nas escolas. Então, a maioria das famílias abre um buraco

na terra e queima o lixo, que, hoje em dia, é bem diversificado, com dejetos plásticos, de metal, alumínio, dentre outros. Em Te'ýikue, o caminhão de coleta da prefeitura passa uma vez por semana na escola, mas, próximo ao viveiro de mudas, há um lugar onde é realizada a queima lixo.

Diante desse quadro, foram percebidos determinados problemas ambientais que comprometem a terra pela herança colonial em diversos contextos de expansão econômica da região, gerando degradação, tais como: desmatamento; introdução de espécies invasoras como braquiária e colônias; desequilíbrio ambiental com superpopulação de formigas, de cupins e de outras pragas; solos degradados; rios e córregos assoreados; redução/extinção de espécies; poluição de corpos hídricos; uso de agrotóxico e outros defensivos químicos; dependência de insumos, como trator e outros na prática da agricultura; arrendamento de terras para uso de práticas de agricultura das fazendas do entorno e ampliação do consumo com geração de resíduos difíceis de serem absorvidos pela terra.

A herança colonial gerou um passivo de problemas ambientais que foram sendo introduzidos e acumulados no decorrer das diversas fases colonizadoras através da espoliação das terras tradicionais. O tempo de recuperação natural da terra não é respeitado. A voracidade da exploração dos elementos/recursos da natureza em atividades econômicas esteve dissociada de dimensões socio-culturais. Conforme demonstra um recente atlas socioambiental do território da grande Dourados:

A porção sul do estado de Mato Grosso do Sul se consolidou, ao longo das últimas décadas, como uma das mais importantes áreas de produção agrícola do Brasil, cujos reflexos podem ser observados, sobretudo, pelo desenvolvimento econômico proporcionado por esta atividade nas cidades da região da Grande Dourados. Por outro lado, porém, a utilização econômica a que foram submetidos os recursos naturais, distantes de uma preocupação com os princípios de sustentabilidade ambiental, implicaram a geração de uma série de passivos ambientais que começam a comprometer a capacidade desses mesmos recursos em continuar sustentando os atuais níveis de desenvolvimento da região. (PEREIRA; COMAR; MACEDO, 2012, p. 5).

Tudo isso em meio a uma frágil normatização que viesse a proteger não só as populações indígenas, como também o meio ambiente. Historicamente, o Direito brasileiro protege a propriedade individual, estimulando uma produ-

tividade que explora os elementos naturais sem levar em consideração as suas valorações intrínsecas; os impactos multidimensionais dos projetos econômicos e a capacidade de recuperação dos “recursos”¹⁰ ambientais.

Levando-se em consideração a normatização que tratou de questões ambientais da primeira Constituição Republicana (de 1891) até a Constituição de 1988, foram raros os textos que incorporaram uma visão coletiva de meio ambiente. Mesmo após o considerável avanço normativo ocorrido a partir das regulamentações da chamada Constituição ambiental ou verde (1988) e da burocratização de órgãos que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) em todos os níveis da federação, a chamada “questão ambiental” continua sendo uma questão marginal do ponto de vista das políticas institucionais de governo. Isso se reflete em baixo orçamento e em perdas quando há disputa com outras pautas mais econômicas, pois também continua a prevalecer uma visão setorial da temática, mesmo havendo uma incorporação do discurso da interdisciplinaridade nas legislações pós-1988.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Velhas e novas questões se sobrepõem no mosaico de colonialidades. Velhas formas que passavam pela violência física a povos nativos e pela exploração e destruição direta da terra assumem outros refinamentos de natureza simbólica, com estratégias diversificadas de dominação pelo poder e pelo saber. Por outro lado, os povos e a terra se adaptaram e se recriam através de mecanismos de resistência e de outras formas de luta.

Diversas situações fundiárias fora do circuito amazônico foram historicamente negligenciadas na ordem de prioridade no processo demarcatório pelo órgão federal competente. Há duas situações bem diferentes vivenciadas pelos povos indígenas quanto à territorialidade: a) terras extensas e contínuas e b) terras descontínuas e, geralmente, minúsculas.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas kaiowá-guarani de Mato Grosso do Sul reside nos atrasos de regularização fundi-

¹⁰ Esta é a razão pela qual prevaleceu e prevalece a ideia de meio ambiente como recurso econômico no sentido de monetarização do mesmo.

ária das terras reivindicadas, que provavelmente as receberão em um estado de grande degradação ambiental, uma vez que as de frentes desenvolvimentistas continuam a ocupar as terras tradicionais indígenas.

Mas, mesmo com toda a problemática fundiária, é nas terras indígenas regularizadas onde se encontram as melhores condições ambientais da região do sul do Mato Grosso do Sul, pois observa-se que nas terras em que os kaiowá-guarani tiveram a retomada da posse, tem havido uma recuperação natural desses espaços. Deixar o “mato crescer”, como eles dizem, implica a volta de animais e de plantas onde antes havia lavouras de monoculturas e pastagens de gado.

A resistência desse povo e da terra mostra a força e a esperança contra a racionalidade de um sistema econômico que condena a terra e as pessoas. As resistências confluem para a justiça e dignidade do homem e da terra, compondo ecos de um povo que ama a terra por uma sustentabilidade da vida com doçura, amor e esperança.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRAND, Antonio Jacó. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowa*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1993.

_____. *O impacto da perda de terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1997.

_____. Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o processo de confinamento – a “entrada de nossos contrários”. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI); COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SP; PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO (Org.). *Conflitos de direitos sobre as Terras Guarani Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

BRASIL. Decreto n. 80.762, de 10 de novembro de 1979. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 dez. 1979.

_____. Decreto n. 75.593, de 11 de novembro de 1975. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 1975.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atílio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: CLACSO, 2007.

COUTINHO JR, Walter. *Relatório sobre a identificação e delimitação da Terra Indígena Sucuri'y*. Brasília: FUNAI, 1995.

DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental do Brasil? Ensaio temático. *Revista Varia História*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 13-32, 2002.

ESCOBAR, Arturo. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. Variedades de realismo y constructivismo. In: MARTÍNEZ, Leonardo Montenegro (Ed.). *Cultura y naturaleza*. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celestino Mutis, 2011.

FIAN INTERNACIONAL. *Os agrocombustíveis no Brasil: informe da missão de investigação sobre os impactos das políticas públicas de incentivo aos agrocombustíveis sobre o desfrute dos direitos humanos à alimentação, ao trabalho e ao meio ambiente, das comunidades camponesas e indígenas e dos trabalhadores rurais no Brasil*. 2008. Disponível em: <<http://www.fian.org>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOREIRA DA SILVA, Lásaro. *A legitimidade do processo de retomada das terras tradicionais pelos índios Kaiowá e Nandéva em Mato Grosso do Sul*. 2002. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Direito Constitucional) – Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)/Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2002.

MURA, Fabio. Por que fracassam os projetos de desenvolvimento entre os Guarani de Mato Grosso do Sul? Notas críticas para uma política de sustentabilidade. *Revista Tellus*, Campo Grande, ano 5, n. 8/9, p. 53-72, abr./out. 2005.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. A história ambiental como fronteira interdisciplinar: aspectos teóricos e metodológicos. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Org.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PEREIRA, Joelson; COMAR, Vito; MACEDO, Gabriela Zacarias (Org.). *Atlas socioambiental do território da Grande Dourados*. Dourados: UFGD, 2012.

PIMENTEL, Spensy Kimitta. *Elementos para uma teoria política Kaiowá e Guarani*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Revista Ruris*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Sobre a autora:

Verônica Maria Bezerra Guimarães: Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **E-mail:** veroniguima@gmail.com

Recebido em 7 de novembro de 2017

Aprovado para publicação em 31 de janeiro de 2018

